

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.108 - SP  
(2019/0114059-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : NADIA MARIA DOS SANTOS VEIGA**  
**AGRAVANTE : ANA MARIA ALVES ESTEVES BOMFIM**  
**ADVOGADOS : ÉCIO LESCREEK - SP028219**  
**ÉCIO LESCREEK FILHO - SP215321**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SANTOS**  
**PROCURADORA : NICE A SOUZA MOREIRA E OUTRO(S) - SP107554**  
**AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS**  
**SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS**  
**PROCURADORE : RUI SERGIO GOMES DE ROSIS JUNIOR - SP279714**  
**S**  
**CARLOS AUGUSTUS MAUÁ - SP202587**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **Nadia Maria dos Santos Veiga e outra**, desafiando decisão da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial com base na aplicação da Súmula 182/STJ (fls. 476/477).

Em suas razões, as partes agravantes alegam que, *"em que pesem tais argumentos, restou evidente, pois, que todos os requisitos necessários e competentes ao encaminhamento, bem como, recebimento e acolhimento do Recurso Especial foram cabal e fielmente cumpridos, nada havendo que impeça o regular recebimento do presente e o seu encaminhamento a esse Superior Tribunal de Justiça. 23.- Isto porque, a questão relacionada a ofensa à Constituição Federal, é apenas mais um ponto alinhado no recurso interposto, ressaltando o amparo que, tanto a Lei Federal contrariada, como a Constituição Federal, firmemente se mantém em favor das ora Agravantes. 24.- Por outro lado, houve a expressa demonstração e comprovação do dissenso interpretativo, com a transcrição de cada um dos rr. Julgados, bem como, a integra de cada um deles anexado ao Recurso Especial, que aparenta, aos olhos desarmados das Autoras, ora Agravantes, que não foram notados pelo Douto Julgador. 25.- Por esse exposto, tendo sido demonstrado o devido cotejo analítico do caso, cumpridos todos os requisitos dispostos nos artigos mencionados e vigentes, estando patente que os rr. julgados contrariaram a lei federal, negando vigência ao artigo 6º. Da LINDB, pois a lei nova, deve respeitar o direito adquirido por lei anterior dentro de sua*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*vigência, dando interpretação divergente da que lhe havia dado outros Tribunais, é que o AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL deveria ser recebido e acolhido, dando-se o devido encaminhamento e posterior PROVIMENTO ao Recurso Especial regularmente interposto, baixando-se novo decreto judicial, reformando os demais, para julgar PROCEDENTE a presente demanda, e comandar a Municipalidade de Santos Recorrida, a realizar os processos e avaliação da Autora, desde a única e última avaliação realizada, cf. firmou a Lei Municipal n.º 162/95, e pagar-lhe o que vier a ser apurado em regular liquidação de sentença, respeitada a prescrição, nos moldes encartados na peça vestibular, e condenação da Recorrida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, caracterizando assim, ato de simples JUSTIÇA." (fls. 490/491).*

Ante essas razões, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 476/477.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator